



## Editorial

# Práticas colaborativas: repensando narrativas e processos de musealização

Rita Juliana Soares Poloni, Diego Lemos  
Ribeiro e Elizabete Mendonça

*Práticas da História*, n.º 19 (2024): 7-16

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

Esta revista é financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P., no âmbito dos projetos UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020, UIDP/04666/2020, UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.

# Editorial

## Práticas colaborativas: repensando narrativas e processos de musealização

Rita Juliana Soares Poloni\*, Diego Lemos Ribeiro\*\* e Elizabete Mendonça\*\*\*

Desde a década de 1960, diferentes áreas acadêmicas trazem a construção coletiva do conhecimento para o centro de seus debates. Nesse contexto, ganha especial relevo a confluência de diferentes narrativas, atores e visões de mundo para a construção científica. A história pública, a arqueologia comunitária e a museologia colaborativa são alguns dos campos nascidos desse movimento e suas práticas têm se entrelaçado em projetos voltados para demandas políticas e transformações sociais.

No campo da história, a emergência da chamada história pública, na década de 70 do século XX, nos Estados Unidos, aponta para o aprofundamento das transformações sociais e econômicas trazidas pelo capitalismo, e a consequente necessidade de inserção profissional de historiadores no mercado empresarial. Mas também revela a importância de engajamento de diferentes públicos com o conhecimento histórico ou, por outras palavras, com a apropriação pública da ciência. Nesse sentido, relaciona-se a temas tais como o da preservação histórica, da história oral, do patrimônio arqueológico, da museologia e das ciências arquivísticas<sup>1</sup>.

\* Rita Juliana Soares Poloni (rjspoloni@ufpel.edu.br).  <https://orcid.org/0000-0003-0544-4025>. Universidade Federal de Pelotas, Rua Coronel Alberto Rosa, 154 Centro, 96010-770 – Pelotas, RS, Brasil. \*\* Diego Lemos Ribeiro (diego.ribeiro@ufpel.edu.br).  <https://orcid.org/0000-0002-2433-4828>. Universidade Federal de Pelotas. \*\*\* Elizabete Mendonça (elizabete.mendonca@unirio.br).  <https://orcid.org/0000-0003-4913-1872>. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Av. Pasteur, 458, Prédio CCH, Urca – CEP: 22.290-240 – Rio de Janeiro, Brasil. 1 Marko Demantowsky, ed., *What Is Public History? International Perspectives* (Berlim: De Gruyter, 2018), <https://doi.org/10.1515/9783110466133-001>; Andrew Hurley, *Beyond Preservation: Using Public History to Revitalize Inner Cities* (Filadélfia: Temple University Press, 2010).

Por sua vez, a década anterior marcaria, no campo da arqueologia e dos estudos da cultura material, um movimento, vindo da periferia, de valorização da humanidade dos povos indígenas ou nativos, denominado arqueologia social latino-americana<sup>2</sup>, inspirada, não por acaso, em Gordon Childe<sup>3</sup>. A criação do Congresso Mundial de Arqueologia, em 1986, resultou desse processo anti-hierárquico de cooperação com nativos, pessoas “comuns” e “subalternos” em geral, assim como com estudiosos de outras áreas, desde historiadores a linguistas<sup>4</sup>. O código de ética, aprovado em 1990, passou a levar em conta as demandas de comunidades vivas, para além de um suposto domínio técnico do especialista: vestígios humanos passaram a ocupar o espaço de reflexão em relação a comunidades e a pessoas concretas. Nas décadas seguintes, difundia-se o conceito de arqueologia pública, culminando com o surgimento da primeira revista dedicada ao assunto, a *Public Archaeology*, surgida em 2000<sup>5</sup>.

Segundo Merrimann, a arqueologia pública seria, assim, um campo voltado para o interesse público em geral<sup>6</sup>. Isso incluiria, como ressalta Garraffoni, a externalização dos resultados da pesquisa, a partilha dos saberes e dos fazeres dos campos teórico-metodológicos da disciplina, e dos valores e conhecimentos relacionados ao patrimônio, gerados pela esfera científica, com as suas diversas comunidades<sup>7</sup>. Uma abordagem

2 Hugo O. Benavides, Sérgio Almeida Loiola, Maria Lemke e Alecsandro José Prudêncio Ratts, “Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana”, *Revista Terceiro Incluído* 1, n.º 2 (2011): 164-192, <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17779>.

3 A segunda fase da obra de Gordon Childe (segundo quartel do século XX) é marcada por uma abordagem materialista histórica, focando no papel das forças produtivas, das relações de produção e das mudanças econômicas como motores das transformações sociais. Childe foi um precursor da arqueologia social latino-americana, inspirando abordagens científicas mais críticas, comprometidas com questões sociais como o impacto do colonialismo e com a valorização do patrimônio indígena. Luis Guillermo Lumbreras, *La Arqueología como ciencia social* (Lima: Ediciones Hístar, 1974).

4 Pedro Paulo A. Funari, “The World Archaeological Congress from a Critical and Personal Perspective”, *Archaeologies* 2, n.º 12 (2006): 73-79.

5 A revista foi iniciada e supervisionada por Peter Ucko, após sua nomeação como diretor do Instituto de Arqueologia da University College London (UCL). O primeiro editor da revista foi Tim Schadla-Hall, seguido por Gabe Moshenska.

6 Nick Merriman, “Introduction – Diversity and Dissonance in Public Archaeology”, in *Public Archaeology*, ed. Nick Merriman (Londres: Routledge, 2004), 2.

7 Renata Garraffoni, “Arqueologia pública: diálogos sobre experiências e práticas no Brasil”, in *A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito*, ed. Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues e Pedro Paulo Abreu Funari (Criciúma: UNESCO, 2017), <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5477/1/EBOOK.pdf>.

mais aprofundada do campo é denominada por arqueologia comunitária e, para além da busca por engajamento social com a produção científica arqueológica, “significa envolver a população local nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural”<sup>8</sup>.

Nesta linha, influenciada pelas perspectivas contemporâneas da antropologia social, as pesquisas e a literatura aderentes à reflexão sobre patrimônio cultural revelam um acentuado movimento de deslocamento de foco: do patrimônio como substância às patrimonialidades. Jean Davallon, importante teórico que flerta com o campo da museologia e da comunicação do patrimônio, argumenta que o patrimônio não é um dado “natural”, mas sim uma construção cultural e social. Ele enfatiza que os bens culturais ou naturais se tornam patrimônio porque são escolhidos e reconhecidos como tal por uma comunidade ou grupo social. O patrimônio é, portanto, fruto de um processo de patrimonialização, que envolve a atribuição de valor simbólico, cultural ou histórico a um objeto, lugar ou prática. Outros autores do campo, como Dominique Poulot e Laurier Tourgeon, enfatizarão outras importantes questões, tais como os vínculos afetivos, simbólicos e identitários entre indivíduos ou comunidades e os bens patrimoniais, a importância do patrimônio na construção de identidades coletivas e na preservação da memória social e a importância do patrimônio como um espaço de reflexão crítica para promover o diálogo intercultural<sup>9</sup>. Este alvissareiro movimento implica não apenas uma questão meramente terminológica; antes, significa pensar os referenciais de patrimônio mais como substrato da cultura, como experiência sensível, e menos como o estrato de tangibilidade.

8 Apesar de não ser foco analítico deste artigo, cabe destacar que o processo histórico de construção da categoria “patrimônio cultural” não pode ser naturalizado. As noções e práticas associadas a esta categoria foram historicamente vinculadas ao projeto humanista do Ocidente moderno, ao contexto de estruturas colonialistas, à seleção dos processos de patrimonialização e a ações problemáticas de “objetificação cultural”. Lúcio Ferreira, “Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural”, *Revista Arqueologia Pública* 3 (2015): 81, <https://doi.org/10.20396/rap.v3i1.8635804>.

9 Jean Davallon, “El juego de la patrimonialización”, in *Construyendo el patrimonio cultural y natural: parques, museos y patrimonio rural*, ed. Xavier Roigé, Joan Frigolé e Camila del Mármol (Valência: Editorial Germana, 2014), 47-76; Dominique Poulot, *Uma história do patrimônio no Ocidente* (São Paulo: Estação Liberdade, 2009); Laurier Tourgeon, “Do material ao imaterial: novos desafios, novas questões”, *Geosaberes* 5, número especial (dezembro 2014): 67-79.

Ao colocar as patrimonialidades em pauta, percebe-se a emergência de desafios inéditos, que devem ser equacionados nas distintas políticas de preservação. Por um lado, a episteme ocidental tratou de fechar e geometrizar as materialidades em caixas e etiquetas frias, como se estas tivessem um valor inato, como se fossem uma síntese da identidade social de uma nação. Por outro, as práticas colaborativas que passaram a ser pauta nos discursos por princípios de democracia cultural, ao promoverem um movimento de abertura das materialidades para outras ontologias, passaram a incorporar nas discussões a ideia de que os patrimônios geram efeitos, portanto torna-se ineficaz tratá-los como substância, pois é mais útil pensá-los dentro de um campo de relações intertemporais e interculturais, para usos políticos e reivindicatórios.

Estes movimentos colocam em evidência uma profunda revisão teórico-epistêmica sobre como operamos as materialidades em instituições de memória, nomeadamente em museus. Estas instituições, sob a égide do pensamento colonialista, trataram de enquadrar os acervos dentro de categorias rígidas, em um sistema classificatório que se traduz em uma espécie de “domesticação das coisas”, a começar pelo ímpeto de nomeá-las. Dar nome é dar existência. Por esse ponto de vista, a reabertura dessas materialidades implica revisar aspectos muito práticos, como:

- o que são mesmo essas coisas?
- a quem servem essas coisas?
- como essas coisas vieram parar aqui?
- que lugar político essas coisas ocupam institucionalmente?
- qual é o destino esperado para essas coisas?
- quem decide sobre o seu destino?

No âmbito dos museus, essas revisões começaram a ganhar maior vulto na década de 1970, propiciando diferentes modelos e o alargamento do conceito de musealização. Para Soares, a “musealização [com base nessa revisão, passou a ser entendida] como a ação simbólica que

atua sobre a realidade mudando a ordem das coisas para produzir novos sentidos a partir das coisas”<sup>10</sup>. Por sua vez, hoje, as dimensões políticas e administrativas também são marcadas na definição de musealização, sendo o conceito compreendido como “conjunto de ações, medidas, estratégias e procedimentos de ordem simbólica, política, técnica e administrativa aplicadas às referências culturais pelo museu – visando atribuir ao objeto função de documento, desvelar seus sentidos, contribuir para a potencialidade informacional sobre a referência cultural e contribuir também para a manutenção da integridade material, reunindo teoria, prática e consciência política”<sup>11</sup>. Baseado nestas perspectivas, seu foco foi deslocado para as seguintes perguntas-centrais: porquê (o motivo)? para quê (a finalidade)? por quem (o agente executor)? para quem (o agente receptor)? como (o modo)?

Ao direcionar o foco a tais perguntas e com o crescente posicionamento dos movimentos sociais para a gestão e a cogestão de seus patrimônios, especialmente em seus lugares de origem, a discussão sobre culturas vivas e em trânsito tornou-se cada vez mais eminente, assim como as práticas colaborativas mais reivindicadas e, porque não dizer, um desafio eminente e processual, no qual as agências e os agentes estão imbuídos do tempo presente<sup>12</sup>. Envolve, assim, entender o patrimônio e as coisas em constante construção, e não como biografia finalizada. E para que este desafio seja levado a termo, de forma horizontal, quanto mais genuíno esse diálogo se constitui, menos ele é conduzido de forma unívoca por uma das partes, sob a pena de cair nas armadilhas que poderíamos denominar como um neocolonialismo.

Frente ao exposto, este número temático buscou reunir estudos e reflexões sobre práticas colaborativas e como estas operam no repensar

10 Bruno Brulon Soares, “Passagens da museologia: a musealização como caminho”, *Revista Museologia e Patrimônio* 11, n.º 2 (2018): 206, <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657>.

11 Elizabete de Castro Mendonça, “Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados”, *Museologia & Interdisciplinaridade* 9, n.º 18 (2020): 194, <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34749>.

12 Alfred Gell, *Art and Agency: An Anthropological Theory* (Oxford: Clarendon, 1998).

de processos de musealização e (re)construção de narrativas sobre o patrimônio cultural musealizado. Os oito artigos, as quatro resenhas e a entrevista que compõem este conjunto documental constituem, assim, um variado panorama das iniciativas que se vêm desenvolvendo na área.

No campo dos processos de musealização, o texto em língua francesa escrito por Jessica Minier, intitulado “L’acquisition conjointe et la garde partagée dans les musées d’art: le cas du Musée des beaux-arts du Canada”, busca refletir sobre a aquisição co-participativa e colaborativa em uma instituição de arte canadense, enfocando questões tais como o acesso público aos bens e a custódia colaborativa entre museus e entre esses e as comunidades de interesse. Já Anna Bottesi, Elayne Silva e Helane Tavares, no artigo “De Museu Indígena Anízia Maria a Museu dos Povos Indígenas do Piauí: processos museológicos colaborativos contra-narrativas e protagonismo político dos Tabajara e Tapuio – Itamaraty/PI”, buscam investigar os tensionamentos entre diferentes narrativas nos processos relacionados à constituição do museu localizado na região nordeste brasileira, envolvendo lideranças indígenas. Em “Encruzilhadas e itinerários da escrita multivocal de exposições no Museu Histórico Nacional: em favor de quê e/ou de quem”, Julia Nolasco de Moraes, Bruna Pinto Monteiro e Carolina de Oliveira Silva discutem a construção e as narrativas das exposições mais recentes elaboradas por essa tradicional instituição do Rio de Janeiro, ressaltando as dificuldades em se trabalhar no contexto de um museu oficial da história nacional. Finalmente, encerrando os debates diretamente relacionados a acervos e exposições de museus, Sibelle Barbosa da Silva e Vanessa Barrozo Teixeira Aquino discutem a invisibilidade das mulheres no mundo do futebol e as possibilidades de diálogos proporcionadas por ações colaborativas envolvendo atletas, ex-atletas, torcedores e pesquisadores em “A coleção de futebol de mulheres do Museu do Grêmio – Hermínio Bittencourt (Porto Alegre, RS): quando a musealização proporciona experiências colaborativas”.

Já no campo das narrativas sobre o patrimônio cultural musealizado, Nina Vieira, Raquel Janeirinho, Rui Venâncio e Cristina Brito

discutem a importância das baleias numa região específica de Portugal, ressaltando as heranças culturais a elas relacionadas em “A casa da minha avó: Uma exposição colaborativa sobre a história das baleias em Atougua da Baleia”. Explorando uma vez mais o contexto brasileiro, Ana Carolina Gelmini de Faria, Marlise Giovnaz, Ana Celina Figueira da Silva e Maria Eduarda Bergmann Hentschke de Aguiar, no texto “A musealização de um acervo fotográfico da Parada Livre: reflexões sobre gestão compartilhada do patrimônio”, tratam do processo de resignificação de um acervo fotográfico por parte do coletivo nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Retomando os temas indígenas, Pablo de Castro Albernaz, em “*Ättä Edemi Jödö*: música e memória em um ritual de inauguração da casa redonda Ye’kwana”, descreve um ritual musical realizado pelos Ye’kwana, em Roraima, região norte do Brasil, para a construção de sua tradicional casa redonda, ritual esse que já que não era realizado há muito tempo. Nesse contexto, o autor debate a importância da audição como sentido privilegiado para o acesso ao conhecimento nessa comunidade indígena, a partir do conceito de “*cosmosonia*”. Finalmente, no texto em espanhol de autoria de Luis Carlos Toro Tamayo e José Ignacio Henao Salazar, denominado “Memorias y experiencias compartidas. Análisis de producciones museográficas realizados a partir de imágenes y objetos cotidianos”, trata-se da importância de objetos e fotografias que constituem acervos pessoais como ativação memorial em contextos atravessados pela violência, em especial o caso colombiano, abordado na análise.

Davi Kopenawa é também o entrevistado deste número. Conduzida por Pablo de Castro Albernaz, esta importante entrevista trata de memórias de infância, da visão dos indígenas sobre os museus e sobre a musealidade, mas também traz uma importante denúncia sobre os processos de violência por que tem passado o povo Yanomami, sobretudo em decorrência da mineração ilegal em suas terras, nos últimos anos.

Deste número fazem parte, ainda, quatro resenhas de obras referenciais para a área. *Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal*, obra de Nila Rodrigues Barbosa, de 2018, discute o conceito de

etnicidade no Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG) e no Museu do Ouro (Sabará/MG) e é comentada por Carolina Nogueira. *A terra dá, a terra quer*, obra do grande pensador quilombola, recentemente falecido, Antônio Bispo dos Santos, publicada em 2023, discute o importante conceito de contracolonização a partir de um ponto de vista afrodiaspórico, comentada por Henry Vallejo Infante. Helena Thomasim Medeiros comenta a obra *Futuro ancestral*, de Ailton Krenak, importante líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta, escritor brasileiro, recentemente tornado imortal da Academia Brasileira de Letras, publicada em 2022 como um recompilado de textos anteriormente apresentados pelo autor. A obra provoca os leitores a retomarem saberes ancestrais para pensar questões ambientais e sociais importantes em âmbito mundial. Finalmente, Eliana Delgado e João Victor Oliveira de Oliveira comentam *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, obra publicada em 2015. Davi Kopenawa, escritor, xamã e importante líder político Yanomami traz-nos, nesta obra referencial, um poderoso testemunho autobiográfico sobre as vivências indígenas em um mundo dominado pela visão de mundo ocidental e pelos modos de vida capitalistas.

Com base nas reflexões presentes nesses artigos, na entrevista e nas resenhas apresentados, este número temático, fruto da colaboração entre o Laboratório de Museologia Colaborativa (CoLab) da Universidade Federal de Pelotas, RS (UFPel) e do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus (NUGEP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ (UNIRIO) busca questionar as ligações intrínsecas entre a constituição de grandes narrativas e as explicações universais. A museologia e os museus, nesta perspectiva, traduzem o enfrentamento dos Discursos Autorizados do Patrimônio<sup>13</sup>. As práticas colaborativas nos museus e sobre os patrimônios culturais devem estar alinhadas às experimentações que desafiem e questionem projetos coloniais de musealização e patrimonialização, incorporando um espírito de preservação que esteja alinhado com a

13 Laura Jane Smith, *Uses of Heritage* (Londres: Routledge, 2006).

perspectiva nativa de museu e patrimônio, que seja orientado pelas demandas das comunidades diretamente interessadas – especialmente povos indígenas, comunidades tradicionais de matriz africana e quilombolas, mas não exclusivamente. Incorporam, assim, experiências e reflexões que tangenciam práticas curatoriais compartilhadas e gestão colaborativa do patrimônio, e fundamentam-se em uma tomada de atitude epistêmica, política e prática. Assumem-se como premissas basilares, portanto, ações necessariamente interculturais, intertemporais e interdisciplinares, cujos propósitos se traduzem em uma confluência de epistemes. Tem-se no horizonte uma necessária ruptura hierárquica de poder ao operar sobre as coisas – que, a rigor, não pertencem aos especialistas. Considera-se que praticar a “museologia do e com o outro” implica, portanto, estar aberto às controvérsias e à pluralidade de possíveis leituras sobre as coleções. Por fim, mas não menos importante, significa decolonizar os cânones museológicos e patrimoniais. E claro: fazer os museus pensarem e agirem melhor.

**BIBLIOGRAFIA**

Benavides, Hugo O., Sérgio Almeida Loiola, Maria Lemke, e Alecsandro José Prudêncio Ratts. “Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana”. *Revista Terceiro Incluído* 1, n.º 2 (2011): 164-192. <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17779>.

Davallon, Jean. “El juego de la patrimonialización”. In *Construyendo el patrimonio cultural y natural: parques, museos y patrimonio rural*, editado por Xavier Roigé, Joan Frigolé e Camila del Mármol, 47-76. Valência: Editorial Germana, 2014.

Demantowsky, Marko, ed. *What Is Public History? International Perspectives*. Berlin: De Gruyter, 2018. <https://doi.org/10.1515/9783110466133-001>.

Lúcio Ferreira, “Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural”. *Revista Arqueologia Pública* 3 (2015): 81. <https://doi.org/10.20396/rap.v3i1.8635804>.

Funari, Pedro Paulo A. “The World Archaeological Congress from a Critical and Personal Perspective”. *Archaeologies* 2, n.º 1 (2006): 73-79.

Garrafoni, Renata. “Arqueologia pública: diálogos sobre experiências e práticas no Brasil”. In *A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito*, editado por Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues e Pedro Paulo Abreu Funari. Criciúma: UNESCO, 2017. <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5477/1/EBOOK.pdf>.

Gell, Alfred. *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon, 1998.

Hurley, Andrew. *Beyond Preservation: Using Public History to Revitalize Inner Cities*. Filadélfia: Temple University Press, 2010.

Lumbreras, Luis Guillermo. *La Arqueología como ciencia social*. Lima: Ediciones Hístar, 1974.

Mendonça, Elizabete de Castro. “Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrados”. *Museologia & Interdisciplinaridade* 9, n.º 18 (2020): 177-208. Disponível em: <https://periodicos.umb.br/index.php/museologia/article/view/34749>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

Merriman, Nick. “Introduction – Diversity and Dissonance in Public Archaeology”. In *Public Archaeology*, editado por Nick Merriman, 1-17. Londres: Routledge, 2004.

Poulot, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Smith, Laura Jane. *Uses of Heritage*. Londres: Routledge, 2006.

Soares, Bruno Brulon. “Passagens da museologia: a musealização como caminho”. *Revista Museologia e Patrimônio* 11, n.º 2 (2018): 189-210. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

Tourgeon, Laurier. “Do material ao imaterial: novos desafios, novas questões”. *Geo-saberes* 5, número especial (dezembro 2014): 67-79.

**Referência para citação:**

Poloni, Rita Juliana Soares, Diego Lemos Ribeiro, e Elizabete Mendonça. “Práticas colaborativas: repensando narrativas e processos de musealização”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 19 (2024): 7-16. <https://doi.org/10.48487/pdh.2024.n19.40088>.